

Fundação Grupo
Boticário de
Proteção à
Natureza

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza**
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (Fundação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.328	2.177	Fornecedores nacionais	738	748
Aplicações financeiras (Nota 5)	-	24.051	Obrigações trabalhistas (Nota 9)	1.206	1.022
Outros créditos	180	116	Obrigações tributárias	24	22
Total do ativo circulante	2.508	26.344	Adiantamentos de convênios restritos (Nota 10)	-	228
			Outras contas a pagar	6	8
			Total do passivo circulante	1.974	2.028
Não circulante			Não circulante		
Aplicações financeiras (Nota 5)	25.785	-	Receitas diferidas (Nota 11)	554	566
Depósitos judiciais (Nota 12)	-	45	Total do passivo não circulante	554	566
Propriedade para investimento Nota 6	393	-			
Imobilizado (Nota 7)	5.987	6.230	Patrimônio líquido		
Intangível (Nota 8)	-	1	Patrimônio social (Nota 13(a))	5.975	7.532
Total do ativo não circulante	32.165	6.276	Fundo patrimonial (Nota 13(b))	25.785	24.051
			Superávit (Déficit) do exercício	385	(1.557)
			Total do patrimônio líquido	32.145	30.026
Total do ativo	34.673	32.620	Total do passivo e patrimônio líquido	34.673	32.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas (Nota 16)	22.285	15.011
Despesas vinculadas aos programas e administração (Nota 17)		
Desenvolvimento institucional	(4.105)	(3.075)
Ciência e conservação	(4.454)	(5.215)
Áreas protegidas	(5.145)	(3.773)
Estratégias de conservação	(4.654)	(3.136)
Gestão da estratégia	(538)	(814)
Projetos estratégicos de conservação	(6.826)	(2.828)
	<u>(25.722)</u>	<u>(18.841)</u>
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 18)	3.722	2.261
(Déficit) superávit antes das receitas financeiras líquidas	<u>285</u>	<u>(1.569)</u>
Receitas financeiras (Nota 20)	177	68
Receitas financeiras - fundo patrimonial (Nota 20)	2.139	574
Despesas financeiras (Nota 20)	(77)	(56)
Despesas financeiras - fundo patrimonial (Nota 20)	(405)	(148)
Receitas financeiras líquidas	<u>1.834</u>	<u>438</u>
(Déficit) superávit do exercício	<u><u>2.119</u></u>	<u><u>(1.131)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Fundo patrimonial	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.445	23.625	87	31.157
Transferência para patrimônio social (Nota 13(a))	87	-	(87)	-
Déficit do exercício	-	-	(1.131)	(1.131)
Recursos de superávit com restrição (Nota 13(c))	-	426	(426)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>7.532</u>	<u>24.051</u>	<u>(1.557)</u>	<u>30.026</u>
Transferência para patrimônio social (Nota 13(a))	(1.557)	-	1.557	-
Superávit do exercício	-	-	2.119	2.119
Recursos de superávit com restrição (Nota 13(c))	-	1.734	(1.734)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u><u>5.975</u></u>	<u><u>25.785</u></u>	<u><u>385</u></u>	<u><u>32.145</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	2.119	(1.131)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Notas 7 e 8)	498	523
Custo residual de ativos permanentes baixados	217	29
Rendimento financeiro líquido - fundo patrimonial (Nota 5)	(1.734)	(426)
Imoveis recebidos em doação	(393)	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em outros créditos	(65)	13
(Aumento) redução em depósitos judiciais (Nota 12)	45	-
Aumento (redução) em fornecedores	(10)	389
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas (Nota 9)	184	(126)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	2	(19)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(2)	3
Aumento (redução) em receitas diferidas	(12)	(12)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das (usadas nas) atividades operacionais	<u>850</u>	<u>(757)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado (Nota 7)	(471)	(66)
Fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de investimento	<u>(471)</u>	<u>(66)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
(Redução) aumento em convênios restritos (Nota 10)	(228)	5
Fluxos de caixa líquidos (usados nas) gerados pelas atividades de financiamento	<u>(228)</u>	<u>5</u>
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	<u>151</u>	<u>(818)</u>
Demonstração do(a) aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.177	2.995
No fim do exercício	<u>2.328</u>	<u>2.177</u>
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	<u>151</u>	<u>(818)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza ("Fundação" ou "Entidade") é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na rua Gonçalves Dias, 225, Bairro Batel, em Curitiba, Estado do Paraná, com autonomia administrativa e financeira e com prazo de duração indeterminado.

A instituição foi criada em 1990, dois anos antes da Rio-92 ou Cúpula da Terra, evento que foi um marco para a conservação ambiental mundial. A Fundação apoia ações de conservação da natureza em todo o Brasil, totalizando mais de 1.600 iniciativas apoiadas financeiramente. Protege 11 mil hectares de Mata Atlântica e Cerrado, por meio da criação e manutenção de duas reservas naturais. Atua para que a conservação da biodiversidade seja priorizada nos negócios e nas políticas públicas, além de contribuir para que a natureza sirva de inspiração ou seja parte da solução para diversos problemas da sociedade. A Fundação defende que o patrimônio natural bem conservado é a base para o desenvolvimento econômico e bem-estar social. Também promove ações de engajamento e sensibilização, que aproximam a natureza do cotidiano das pessoas.

Os recursos financeiros para manter a estrutura da Fundação e as atividades de seus programas advêm de repasses periódicos recebidos das empresas do Grupo Boticário, de valores recebidos de franqueados e outras fontes, sendo a previsão do orçamento de 2022 suficiente para suprir as necessidades e cumprimento das finalidades, bem como assegurar a continuidade das operações da entidade.

a. Impactos COVID-19 e medidas tomadas pela Administração

As ações ocorridas em 2020 foram mantidas durante o ano de 2021, mas com a retomada da execução de projetos e reabertura gradual das reservas (RNSM Reserva Natural Salto Morato e RNST – Reserva Natural Serra do Tombador), às quais permaneciam fechadas ao público e pesquisadores em grande parte de 2020.

Os trabalhos no formato *remoto* seguiram durante todo ano de 2021 e ainda continuam por tempo indeterminado para quase a totalidade de seus colaboradores, excetuando-se o pessoal operacional essencial à manutenção e funcionamento das reservas.

A Entidade mantém acompanhamento dos impactos das medidas restritivas em suas atividades desde o início da pandemia, não identificando indicativos de redução de valor de seus ativos nem risco de continuidade operacional.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Fundação em 22 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os Diretores têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Não há outros resultados abrangentes e, portanto, não está sendo apresentada a Demonstração do resultado abrangente.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Fundação. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas. Resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

Considerando a natureza e a complexidade das operações da Fundação, na opinião da Administração, as estimativas contábeis e julgamentos feito no curso da preparação dessas demonstrações contábeis não são subjetivas ou complexas em grau que requeresse sua descrição como crítica.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas gratuidades e trabalho voluntário, conforme descrito na nota explicativa 3 tópico “j” e notas explicativas 18 e 19.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez que são altamente convertidos em montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

A Fundação possui aplicações financeiras livres de restrição e com restrição de uso, devidamente descritas nas notas explicativas 4 e 5.

b. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo histórico de aquisição, doação, formação ou construção, subtraído o valor da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado os custos de reparos e manutenção, que são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos, desde que atendam aos requisitos destacados na Seção 17 - Ativo Imobilizado, da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC Nº 1255/09. Os custos das principais renovações, que aumentem as vidas úteis econômicas dos bens, são incluídos no valor contábil do ativo e depreciados ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil, e são incluídos no resultado.

Os terrenos não são depreciados e também não há intenção de alienação, pois tratam de reservas naturais de interesse público e caráter perpétuo, reconhecidas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Os períodos máximos de depreciação (em anos) em que os itens de imobilizado são depreciados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2021	2020
Edificações	43	43
Veículos	9	9
Instalações	12	12
Máquinas e equipamentos	16	16
Móveis e utensílios	13	13
Equipamentos de informática e outros	6	6

c. Intangível

Está representado por marcas registradas e licenças (incluindo licenças de *software*) adquiridas separadamente e que são demonstradas pelo custo histórico, subtraídas a amortização e perdas por *impairment* acumuladas.

As licenças de *software* adquiridas ou recebidas por doação, que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização e os gastos com desenvolvimento ou expansão do desempenho dos *softwares* para além das especificações originais, são acrescentados ao custo original e são amortizados juntamente com os devidos custos durante a vida útil estimada de sete anos (Nota explicativa 8).

d. Fornecedores nacionais

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal das operações, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando o risco de perda for possível haverá apenas a divulgação.

f. Benefícios a empregados

A Fundação oferece um Plano de Benefícios aos seus empregados, incluindo a coparticipação por adesão ao plano de previdência privada (contribuição definida), assistência médica, seguro de vida entre outros, atendendo ao artigo 10 do estatuto social da organização. As despesas relativas aos benefícios oferecidos, incluindo o plano de previdência privada, são reconhecidas no resultado quando devidas.

g. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por repasses/doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

h. Reconhecimento da receita

As receitas com repasses e doações diversas são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. As receitas de convênios restritos, recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas entre as partes (convênios restritos), são registradas no passivo, na conta "Adiantamentos de convênios restritos", sendo a receita de repasse e doação reconhecida no resultado, na medida da efetiva realização e reconhecimento das despesas dos referidos programas. As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos recursos desses convênios são apropriadas às respectivas contas dos passivos (Adiantamentos de convênios restritos), bem como as receitas financeiras referentes ao Fundo Patrimonial, as quais são devidamente apropriadas às respectivas contas do patrimônio líquido.

i. Isenções tributárias

A Fundação, por ser constituída e desenvolver suas atividades como organização sem fins lucrativos, para cumprimento das finalidades para as quais foi instituída conforme seu Estatuto Social, possui isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e do recolhimento da Contribuição Social Sobre o Lucro conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

j. Trabalhos voluntários e gratuidades

As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro.

A receita de trabalho voluntário recebido é reconhecida pelo valor justo da prestação do serviço, na conta de outras receitas operacionais, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A contrapartida é lançada em conta de despesas vinculadas aos programas e despesas administrativas, relacionada à natureza ou projeto do trabalho voluntário.

As receitas com gratuidade são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidade são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

k. Propriedade para investimento

Os investimentos em imóveis destinados a renda são mensurados pelo custo. As rendas obtidas com estes investimentos são reconhecidas no resultado mediante ocorrência do fato gerador da receita.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Dinheiro em banco e caixa	27	13
Depósitos bancários de curto prazo - sem restrição	2.301	1.936
Depósitos bancários de curto prazo - com restrição (i)	-	228
	2.328	2.177

(i) Vide nota explicativa 10.

5 Aplicações financeiras

	2021	2020
Depósitos bancários de curto prazo – com restrição (i)	-	24.051
	-	24.051
	2021	2020
Depósitos bancários de longo prazo – com restrição (i)	25.785	-
	25.785	-

(i) O saldo refere-se ao fundo patrimonial, montante constituído por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos. A utilização do saldo está vinculada a situações extraordinárias, as quais deverão ser aprovadas por no mínimo dois terços do total de integrantes do conselho curador, conforme mencionado na nota explicativa 13.

As aplicações financeiras da Fundação são representadas principalmente por aplicações em fundos de renda fixa, remuneradas numa média de 211,29% (em 2020 de 108,13%) da variação do CDI - taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário. Em 2021 foi feita a movimentação/aplicação dos valores de Longo Prazo para NTNBF (Notas do Tesouro Público Nacional), que possuem baixo risco e maior rentabilidade, que acompanhando o aumento significativo da Inflação e da taxa Selic ao longo do ano, que refletiu na rentabilidade favorável das aplicações financeiras com restrição.

6 Propriedades para investimentos

	2021	2020
Imóveis recebidos em doação	393	-
	393	-

Em 2021, a Entidade recebeu como doação imóveis nas cidades de Curitiba/PR, Almirante Tamandaré/PR e Campo Largo/PR, objeto da extinção da Fundação Angelo Cretã, com sede em Campo Largo/PR, conforme escritura pública de extinção de 30 de novembro de 2021.

Estes imóveis serão mantidos como propriedades para investimentos até sua efetiva venda, podendo ser inclusive locados para terceiros.

7 Imobilizado

a. Composição do saldo

	2021		2020	
	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	2.338	-	2.338	2.338
Edificações	3.533	(1.488)	2.045	2.415
Veículos	750	(527)	223	75
Instalações	1.106	(739)	367	468
Máquinas e equipamentos	1.320	(761)	559	677
Móveis e utensílios	449	(327)	122	140
Equipamentos de informática	397	(334)	63	108
Semoventes	5	(4)	1	1
Imobilizado em andamento	268	-	268	8
	10.166	(4.179)	5.987	6.230

b. Movimentação do custo

	2020		2021		
	Custo acumulado	Adições	Baixas	Transferências	Custo acumulado
Terrenos	2.338	-	-	-	2.338
Edificações	3.794	-	(260)	-	3.534
Veículos	563	188	-	-	751
Instalações	1.106	-	-	-	1.106
Máquinas e equipamentos	1.432	7	(120)	-	1.319
Móveis e utensílios	445	-	(12)	15	449
Equipamentos de Informática	489	-	(93)	-	396
Semoventes	7	-	(2)	-	5
Imobilizado em andamento	8	275	-	(15)	268
	10.182	471	(486)	-	10.166

	2019	2020			
	Custo acumulado	Adições	Baixas	Transferências	Custo acumulado
Terrenos	2.338	-	-	-	2.338
Edificações	3.714	-	-	80	3.794
Veículos	682	-	(119)	-	563
Instalações	1.173	-	(106)	39	1.106
Máquinas e equipamentos	1.526	8	(102)	-	1.432
Móveis e utensílios	465	-	(20)	-	445
Equipamentos de Informática	511	-	(22)	-	489
Semoventes	7	-	-	-	7
Imobilizado em andamento	69	58	-	(119)	8
	10.485	66	(369)	-	10.182

c. Movimentação da depreciação

	2020	2021		
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Depreciação acumulada
Edificações	1.379	153	(44)	1.488
Veículos	488	40	-	527
Instalações	638	101	-	739
Máquinas e equipamentos	755	125	(120)	761
Móveis e utensílios	305	33	(11)	327
Equipamentos de informática	381	45	(93)	334
Semoventes	6	-	(2)	4
	3.952	497	(270)	4.179

	2019	2020		
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Depreciação acumulada
Edificações	1.220	159	-	1.379
Veículos	576	31	(119)	488
Instalações	632	107	(101)	638
Máquinas e equipamentos	690	146	(81)	755
Móveis e utensílios	289	33	(17)	305
Equipamentos de informática	356	47	(22)	381
Semoventes	6	-	-	6
	3.769	523	(340)	3.952

Baixas de imobilizado

A movimentação de baixas de imobilizado em 2021, as quais foram aprovadas na 93ª e 94ª Reunião do Conselho Curador, são referentes a diversos bens obsoletos, que foram objeto de baixa como sucatas e doação, bem como a baixa de edificação, por descontinuidade do projeto Centro de Conservação do Cerrado.

Imóvel da subsede Estação Natureza Pantanal

O imóvel da subsede Estação Natureza Pantanal está disponível para a venda, mas sem expectativa real de realização até o final do próximo exercício. O imóvel, assim como os bens à ele incorporados, possuem saldo residual contábil, em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 612 (R\$ 626 em 2020).

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído o *impairment*. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

8 Intangível

a. Composição do saldo

	2021		2020	
	Custo acumulado	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares e sistemas	305	(305)	-	-
Marcas e patentes	14	(14)	-	1
	319	(319)	-	1

b. Movimentação do custo

	2020	2021			
	Custo acumulado	Adições	Baixas	Transferência	Custo acumulado
Softwares e sistemas	305	-	-	-	305
Marcas e patentes	14	-	-	-	14
	319	-	-	-	319

	2019	2020			
	Custo acumulado	Adições	Baixas	Transferência	Custo acumulado
Softwares e sistemas	557	-	(252)	-	305
Marcas e patentes	14	-	-	-	14
	571	-	(252)	-	319

c. Movimentação da amortização

	<u>2020</u>				<u>2021</u>
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferência	Amortização acumulada
Softwares e sistemas	305	-	-	-	305
Marcas e patentes	13	1		-	14
	<u>318</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>319</u>

	<u>2019</u>				<u>2020</u>
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferência	Amortização acumulada
Softwares e sistemas	557	-	252	-	305
Marcas e patentes	13	-	-	-	13
	<u>570</u>	<u>-</u>	<u>252</u>	<u>-</u>	<u>318</u>

Baixas de intangível

A movimentação de baixa de intangível em 2020 (aprovada na 93ª Reunião do Conselho Curador), é referente a diversas licenças e softwares, totalmente amortizados, não mais utilizados nas operações.

9 Obrigações trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para férias e encargos	888	751
INSS - Instituto Nacional de Serviço Social	134	125
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	132	105
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	52	41
	<u>1.206</u>	<u>1.022</u>

10 Adiantamentos de convênios restritos

Refere-se a valores recebidos com base em convênio de parceria celebrado em 2012, com destinação específica (iniciativa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA), vinculada à realização de atividades acordadas com a Fundação e consentâneas ao seu objeto social, assim como os rendimentos e as despesas de aplicações financeiras decorrentes da aplicação destes recursos. Em 2021, o Ministério Público de Minas Gerais concluiu a análise da prestação de contas do projeto, aprovando a mesma sem ressalvas. O saldo remanescente foi destinado conforme orientação do MPMG no processo administrativo.

Descrição	2020	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Resgates	2021
Oásis Brumadinho	228	3	(1)	(230)	-
	<u>228</u>	<u>3</u>	<u>(1)</u>	<u>(230)</u>	<u>-</u>

Descrição	2019	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Gastos nos projetos	2020
Oásis Brumadinho	223	6	(1)	-	228
	<u>223</u>	<u>6</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>228</u>

11 Receitas diferidas

Refere-se à contra-partida da doação para construção do Auditório na Reserva Natural Salto Morato (RNSM), a qual foi efetivada no decorrer do ano de 2017. Este valor consta como receita diferida e está sendo reconhecido como receita ao longo do período (receitas diversas - terceiros) e confrontada com a depreciação, em base sistemática, linear R\$ 554 em 2021 (R\$ 566 em 2020). A realização da receita é efetivada em conformidade com a depreciação do referido bem.

12 Contingências

A Fundação possuía uma ação passiva de natureza tributária no montante de R\$ 633 (R\$ 622 em 2020) envolvendo riscos de perda classificado pelos consultores jurídicos como possíveis e, portanto, não provisionada contabilmente. Com o encerramento do processo administrativo federal de forma parcial para Fundação, o valor residual foi garantido por meio de Ação Ordinária junto ao Judiciário, a fim de garantir suspensão a exigibilidade e regularidade fiscal junto a União, enquanto perdurar o processo judicial.

Adicionalmente, a Fundação possuía um depósito judicial no valor de R\$ 45 em 2020, relacionado à uma ação ativa, de natureza contenciosa, a qual transitou desfavorável para Fundação em 2021, razão pela qual os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda para a União, desta forma já foi efetuada provisão contábil ainda em 2021.

13 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O Patrimônio social é constituído por valores e ativos próprios relativos aos repasses e doações / dotações especiais necessárias à constituição da Fundação, em conformidade com a Resolução do CFC nº 877/00 que aprovou a NBC T 10.19, revogada após a emissão da resolução 1.409/12 que aprova a ITG 2002 e suas alterações.

Através da deliberação de aprovação das Contas da Fundação em Reunião do Conselho Curador realizada em 2021, foi efetivada a transferência do déficit acumulado em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1.557 (superávit de R\$ 87 em 2019), para a conta de patrimônio social.

b. Fundo patrimonial

Foi constituído em 2007 e se destina a assegurar a autossuficiência financeira da Fundação para a perpétua realização da sua finalidade. Seu uso somente será permitido com autorização de pelo menos dois terços do total de integrantes do Conselho Curador, para enfrentar situações que sejam consideradas extraordinárias.

O saldo do fundo patrimonial em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$ 25.785 (R\$ 24.051 em 2020), montante formado por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos.

c. Superávit (déficit)

O superávit é integralmente destinado ao cumprimento dos objetivos estatutários da Fundação. O superávit ou déficit são absorvidos pelo patrimônio social, após destinação.

Conforme previsto no parágrafo 15 da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, os rendimentos financeiros do fundo patrimonial apurados no exercício de 2021, no montante de R\$ 1.734 (R\$ 426 em 2020) e que compõe o superávit (déficit em 2020) do exercício, foram destinados para a rubrica "Fundo Patrimonial", dado que estes recursos têm aplicação específica prevista no Estatuto Social e Regulamento do Fundo Patrimonial.

14 Compromissos - investimentos em projetos e programas

Os valores a seguir referem-se aos saldos compromissados para apoio a projetos e programas para a conservação da biodiversidade conforme Edital, aprovados em Reunião do Conselho Curador.

Os valores foram contabilizados em contas de ativo e passivo compensados e, de acordo com a liberação das parcelas tais valores são apropriados às respectivas contas de despesa em projetos e programas.

Os saldos dos compromissos em aberto, tanto em projetos quanto em programas estão demonstrados abaixo:

Projetos	Valores dos compromissos assumidos	Valores pagos acumulados até		Saldos em	
		2021	2020	2021	2020
Projetos 2017	2.619	(2.533)	(2.269)	86	350
Projetos 2018	3.982	(3.706)	(4.442)	277	540
Projetos 2019	2.007	(1.749)	(1.365)	257	642
Projetos 2020	1.123	(607)	-	516	279
Projetos 2021	3.288	(1.095)	-	2.193	-
	13.018	(9.689)	(7.076)	3.329	1.810

Programas	Valores dos compromissos assumidos	Valores pagos acumulados até		Saldos em	
		2021	2020	2021	2020
Programas 2017	1.348	(1.312)	(1.154)	36	194
Programas 2018	2.500	(2.032)	(1.444)	468	1.056
Programas 2019	1.867	(1.315)	(815)	553	1.053
	5.715	(4.659)	(3.413)	1.056	2.302

A partir do exercício de 2020 não ocorreram novas contratações no formato de programas.

15 Repasses e remuneração

Os principais repasses recebidos pela Fundação provêm das empresas do Grupo Boticário.

a. Repasses

As receitas de repasses de empresas do Grupo Boticário em 2021 totalizaram R\$ 19.994 (R\$ 13.200 em 2020). A variação em 2021 se deve principalmente às ações repesadas em função da pandemia do COVID-19, que foram gradualmente retomadas.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não há remuneração para os cargos eletivos da Fundação. Os Conselheiros que prestam serviços à Fundação não recebem remuneração pela função que exercem, haja vista que atuam como voluntários, conforme mencionado na nota explicativa 19.

16 Receitas

	2021	2020
Receita operacional bruta		
Repasses mantenedora – (nota 15(a))	19.994	13.200
Doações da rede de franqueados do Grupo Boticário	1.892	1.779
Receitas diversas – terceiros	379	12
Receita de ingressos e serviços	21	21
(-) Impostos	(1)	(1)
	<u>22.285</u>	<u>15.011</u>

17 Despesas vinculadas aos programas e administração

As despesas operacionais compreendem as despesas com manutenção, pessoal e serviços de terceiros, conforme quadro abaixo:

	2021	2020
Projetos (repasses, doações, patrocínios) (i)	8.521	4.446
Pessoal (obrigações trabalhistas)	8.497	9.131
Serviços de terceiros (ii)	5.132	1.897
Publicações e eventos	1.821	1.244
Depreciação, amortização e gastos gerais	1.057	1.559
Outras	693	564
	<u>25.722</u>	<u>18.841</u>

- (i) Refere-se aos repasses financeiros feitos pela Fundação para projetos relacionados à conservação da natureza analisados e aprovados em Reuniões do Conselho Curador, bem como doações e patrocínios à instituições visando fomentar a conservação da natureza, os quais tiveram retomada em 2021.
- (ii) Refere-se às despesas que tem como contrapartida gratuidades e aquelas inerentes à contratação de serviços de terceiros, vinculados à manutenção de bens móveis e imóveis, bem como consultorias especializadas em projetos de conservação da natureza. A variação se deve ao aumento de gratuidades em 2021, bem como ao impacto da pandemia em 2020.

18 Outras receitas operacionais, líquidas

Compreendem as receitas de gratuidades que foram originadas pelos recursos recebidos na forma de prestação de serviços, repasses para custeio e recuperação de despesas com projetos,,em como o resultado líquido da baixa de ativo imobilizado e o recebimento de doações diversas. A contrapartida de tais receitas foi reconhecida na rubrica de despesas vinculadas a programas e administração ou outras receitas quando aplicável:

	2021	2020
Receita de gratuidades e trabalhos voluntários (i)	3.725	2.246
Recuperação despesas	214	33
Resultado líquido de baixa de imobilizado (ii)	(217)	9
Outras receitas (despesas), líquidas	0	(27)
	3.722	2.261

- (i) Refere-se à gratuidade de serviços recebidos de terceiros, bem como ao serviço voluntário prestado nas reservas e pelos Conselhos Fiscal e Curador, demonstrado na nota explicativa 19. As despesas com gratuidades trabalho voluntário foram mensuradas e reconhecidas de acordo com sua natureza, como se devidas fossem.
- (ii) A movimentação de baixa de imobilizado refere-se a processoa aprovada em Atas da 93ª e 94ª Reunião do Conselho Curador, de 27 de novembro de 2019 e 08 de junho de 2020, posteriormente ratificadas pelo Ministério Público do Paraná - MPPR (Procedimento Administrativo nºs MPPR 0046.19.187192-3 e nº MPPR-0046.20.008224-9) em 13 de abril de 2020 e 27 de setembro de 2020, conforme nota explicativa 6.

19 Trabalho voluntário

A Fundação mensurou e reconheceu, pelo valor justo, o trabalho voluntário obtido por seus conselheiros, consultores técnicos e voluntários em editais, bem como em suas reservas, como estabelece a Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, e suas alterações, conforme abaixo:

	2021	2020
Consultores técnicos/apoio a projetos	899	62
Conselho curador	334	300
Conselho Fiscal	36	36
Voluntários em unidades à distância	-	10
	1.269	408

Todo o trabalho voluntário é submetido às formalidades legais e não há, em nenhuma forma, quaisquer tipos de remuneração. As despesas com trabalho voluntário foram mensuradas e reconhecidas de acordo com sua natureza, como se devidas fossem.

Em 2021, houve aumento na demanda por horas de voluntariado em projetos, tendo um total aproximado de 5.000 horas dedicadas, considerando avaliação e mentoria..

20 Resultado financeiro

	2021	2020
Sem restrições		
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações	177	68
Despesas financeiras		
IRRF sobre aplicações	(39)	(15)
Despesas bancárias	(38)	(41)
	(77)	(56)
Resultado líquido sem restrições	100	12
Fundo patrimonial (com restrições)		
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações do fundo patrimonial	2.139	574
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e outros	(405)	(148)
Resultado líquido com restrições	1.734	426
Resultado financeiro líquido	1.834	438

Em 2021 foi feita movimentação dos valores de Longo Prazo para NTN/F, que possuem baixo risco e maior rentabilidade, acompanhando o aumento significativo da Inflação e da taxa Selic ao longo do ano, o que refletiu no resultado das aplicações com restrição. (nota 5).

21 Plano de previdência privada

A Fundação é co patrocinadora do Boticário Prev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em 12 de janeiro de 1996, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os colaboradores das patrocinadoras, na modalidade de contribuição definida. No exercício foi despendido em contribuições o montante de R\$ 80 (R\$ 90 em 2020). As contribuições do patrocinador e do participante são opcionais.

22 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2021 e 2020.

Em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita (PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%).

23 Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Fundação, conforme o quadro abaixo:

		2021		2020	
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo Contábil
Ativos					
Caixa e bancos	4	27	-	27	13
Depósitos bancários	4	2.301	-	2.301	2.164
Outros créditos		180	-	180	115
Passivos					
Fornecedores		-	738	738	748
Outras contas a pagar		-	6	6	8

Caixa e equivalentes de caixa

A Fundação detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 2.328 (R\$ 2.177 em 2020), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Fundação, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

Os passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados na tabela acima, os quais serão liquidados em 2022.

24 Cobertura de seguros

A Fundação possui apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do País, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguro.

Risco coberto	2021	2020
Prédios e conteúdos	8.824	9.607
Responsabilidade civil e D&O	6.000	6.000
Veículos	90% FIPE	90% FIPE

A vigência das apólices é de junho de 2021 a junho de 2022.